

Mesa redonda para a gestão de programas-base para as Associações de Bibliotecários (RTMLA)

Objectivos. Programa a médio prazo 1986-91 (MTP)

RELATÓRIO

RUSSELL BOWDEN *

Introdução

O relatório refere os resultados da reunião da RTMLA, realizada em Berlim (RDA), de 25 a 26 de Abril de 1985.

A finalidade principal do encontro foi reexaminar os objectivos da Mesa Redonda, os seus fundamentais contributo e estímulo para o programa a médio prazo 1986-91 da IFLA e os objectivos dos seis programas-base (descritos em termos gerais no capítulo 2 pp. 13-24 do texto do programa a médio prazo). Um objectivo mais específico era identificar tarefas específicas da Mesa Redonda para implementar os programas-base.

Para dar suporte às deliberações, os participantes dispunham de um documento (RTMLA 85/2) identificando as razões pelas quais a RTMLA precisava de se interessar, tanto ou mais do que qualquer outra suborganização da IFLA, pelos programas-base. Reiterava os objectivos da Mesa Redonda e o MTP 1986-91 (conforme acordado em Nairobi) e identificava as considerações que necessitavam ser aplicadas a cada um dos seis programas-base para elaborar um programa de trabalho para o futuro.

Os parágrafos 1.2 e 3.6.6 do novo programa a médio prazo tornam claro o papel importante que a IFLA atribui à Mesa Redonda para as Associações de Bibliotecários. Contudo, antes de discutir o papel da Mesa Redonda de dar apoio à implementação de áreas específicas dos programas-base, foi necessário considerar quais das áreas específicas (p.e. identificação de objectivos, respectivas orientações, áreas e acções, tais como publicidade, investigação, educação, orientação e aconselhamento, etc.) se podiam relacionar com as finalidades e objectivos individuais das associações nacionais de bibliotecários.

Depois destas serem identificadas, constituindo uma primeira fase de deliberações, deveria então ser possível, numa segunda fase, consi-

* The Library Association (U. K.). Secretário da RTMLA.

derar as dificuldades que as associações nacionais de bibliotecários, poderão encontrar na sua concretização.

Posteriormente, deveria ser possível, na terceira fase dos trabalhos, analisar as tarefas nas quais a Mesa Redonda necessitará de se envolver com os seus membros, associações de bibliotecários, para ajudá-los a alcançar os objectivos específicos dos programas-base.

Só então será viável elaborar o programa de actividades da RTMLA. Deverão sugerir-se temas para reuniões abertas em Tóquio e no Reino Unido e ajudar a identificação de projectos que poderão ser suportados, quer pelos fundos da IFLA quer com a ajuda de outras organizações, como a Unesco. Para este fim, as comissões Executiva e Profissional da IFLA concordam (devido à recente existência da Mesa Redonda) em tratar com tolerância qualquer pedido fora de prazo de fundos destinados a projectos.

Em virtude da Mesa Redonda ter sempre considerado prioritária a necessidade de trabalhar intimamente em colaboração com outras organizações dentro da IFLA, deverá continuar a procurar colaboradores, tais como a ROTNAC.

Por último, tendo identificado as tarefas das associações nacionais de bibliotecários (ajudando-as na implementação dos seis programas-base IFLA) e tendo posteriormente identificado o papel e as tarefas respeitantes à Mesa Redonda para ajudar e facilitar a sua acção, tornar-se-á necessário ordená-las segundo um critério de prioridade. Foi sugerido que estas deveriam ser classificadas como (1) primárias, (2) de suporte e (3) crepusculares.

PROGRAMAS-BASE IFLA

1. Controlo bibliográfico universal (CBU)

Os principais objectivos são encorajar as bibliotecas a seguir as regras internacionais e ajudá-las a implementar os ISBD's como prática internacional. Neste caso as associações de bibliotecários têm um papel de suporte e coordenação das actividades nacionais, identificando áreas com problemas e relatando-as à direcção da IFLA para serem postas à consideração da Comissão Consultiva CBU. A Mesa Redonda terá o papel de informar as associações de bibliotecários do que lhes diz respeito. No caso de divergências por parte das bibliotecas no que respeita às normas internacionais, as associações de bibliotecários deverão pôr em destaque as implicações e consequências das suas acções e assegurar-se de que a direcção da IFLA está devidamente informada. As associações de bibliotecários também terão de se certificar que a informação CBU é comunicada às organizações nos países que tenham quaisquer relações com a actividade CBU.

Resumindo:

Por conseguinte, as associações de bibliotecários têm as seguintes obrigações:

1. encorajar os bibliotecários a seguirem as regras e práticas internacionais;
2. encorajar a implementação e uso das ISBD's;
3. manter informados os membros das associações de bibliotecários, especialmente os membros institucionais e actuar como um elo de comunicação com a Comissão Consultiva CBU;
4. identificar áreas onde existam problemas nas bibliotecas e relatá-los à IFLA;
5. tomar em devida consideração as consequências económicas de quaisquer propostas de alterações em normas e procedimentos;
6. consequentemente, a Mesa Redonda torna responsáveis as associações de bibliotecários incluídas no programa CBU.

2. Disponibilidade universal das publicações (UAP)

As associações de bibliotecários têm responsabilidades a dois níveis: empréstimos nacionais e internacionais.

Nacionais: terão de controlar como são postos em prática os princípios da UAP nos seus próprios países, identificarem os problemas daí resultantes, e apresentar propostas de solução dos mesmos.

Empréstimos internacionais: terão de controlar as necessidades para um trabalho desta natureza e deverão elaborar análises relativas à implementação do UAP, a fim de identificar os problemas e, se possível, as organizações do país com possibilidades de ajudar a resolvê-los.

Os empréstimos internacionais requerem a aceitação de responsabilidades por parte das bibliotecas e estas podem ser abrangidas por um código de conduta profissional, cuja elaboração será da responsabilidade das associações de bibliotecários.

As associações podem também tomar a responsabilidade de clarificar os circuitos dos empréstimos internacionais e identificar os estrangulamentos dentro dos sistemas de bibliotecas. Dado que cada biblioteca tem a responsabilidade de satisfazer áreas específicas de informação, é função fundamental das associações de bibliotecários assegurarem-se, em parte, que elas estão adequadamente providas para desempenharem a sua função. (Neste caso é importante recordar que cada associação de bibliotecários funcionará de acordo com o ambiente político, social e cultural do seu país).

Os sucessivos aumentos do custo do papel e, portanto, das publicações, exigem que as associações de bibliotecários estejam atentas a alternativas que substituam livros.

No que se refere a tornar acessíveis a informação e as publicações do Governo (especialmente nalguns países em desenvolvimento), as associações de bibliotecários têm um papel político a desempenhar, assegurando-se de que o Governo assume as funções UAP. Papel político semelhante deverá ser o das ABs tentando que o Governo providencie os recursos necessários às bibliotecas e serviços de informação.

Em muitos casos existe um nível intermédio entre empréstimos nacionais e internacionais, a nível regional.

As associações de bibliotecários têm a responsabilidade de encorajar o desenvolvimento a este nível e facilitar a sua utilização, isto é, o estabelecimento de redes de empréstimos internacionais, tais como CASTINFO. O conhecimento cada vez maior das actividades UAP por parte dos funcionários de bibliotecas pode ser conseguido através de conferências e seminários, pesquisas, investigações, estudos de viabilidade e controlo generalizado que é da responsabilidade dos membros das associações de bibliotecários.

A UAP pode ter maior êxito através do desenvolvimento de políticas nacionais e estas podem ser criadas mais facilmente, pelo menos numa primeira fase de preparação, pelas associações de bibliotecários do que inicialmente pelos Governos. Os serviços UAP são em muitos casos proibidos pela legislação e práticas dos direitos de autor. É função das associações de bibliotecários assegurarem-se de que estas não sejam demasiado restritivas.

Resumindo:

A UAP funciona a dois níveis: empréstimos nacionais e internacionais. As associações de bibliotecários são responsáveis por:

1. a ligação utilizador-biblioteca na cadeia de criação e produção desde o escritor ao editor, ao vendedor/distribuidor, ao bibliotecário e, por último, ao utilizador;
2. controlar e identificar problemas na implementação do UAP, analisá-la e referir os problemas à direcção da IFLA;
3. dar andamento e facilitar os pedidos de empréstimos internacionais;
4. tomar em consideração a necessidade da existência de um código de conduta;
5. assegurar recursos adequados para as bibliotecas e, em particular, fundos para a armazenagem dos documentos e para a compra de livros;
6. observar os custos de papel e do aumento do custo das publicações e considerar alternativas satisfatórias;

7. encorajar a disponibilidade da informação oficial adequada para uso nos serviços UAP e adoptar um papel político efectivo;
8. estimular a cooperação a nível regional entre bibliotecas por intermédio das associações de bibliotecários;
9. organizar e coordenar a realização de conferências e seminários, trabalhos de investigação e estudos de viabilidade;
10. ajudar na implementação do conceito «*conspectus-building*» (como praticado pelo RLG nos Estados Unidos);
11. desenvolver políticas nacionais que digam respeito ao planeamento e à coordenação nacionais de bibliotecas e serviços de informação, e estimular a sua adopção pelos serviços oficiais;
12. controlar a situação no que diz respeito aos direitos de autor e à lei.

3. Preservação e conservação

Foi considerado que existem dois tipos de preservação: prospectiva e de conversão. A preservação consiste em promover a publicação em papel com baixo teor de acidez enquanto a conservação retrospectiva diz respeito à conversão de registos em perigo para outros suportes. Cada país deve ser responsável pela preservação prospectiva e da mesma não podem alhear-se as associações.

As associações de bibliotecários têm um papel importante a desempenhar estimulando as técnicas para maior conhecimento das necessidades de preservação e conservação e uma maior capacidade para ensinar a necessidade destes conhecimentos específicos e técnicos em programas de ensino, especialmente nas escolas de biblioteconomia.

As associações devem proporcionar aos bibliotecários «seniors» um maior conhecimento da necessidade de desenvolver conceitos de gestão de preservação/conservação das colecções a seu cargo.

As associações de bibliotecários deverão estimular, nos locais onde os livros são publicados em papel com baixo teor de acidez, a utilização de uma marca de «infinity sign» a fim de que os compradores e críticos possam estar informados e dar publicidade a esses livros. A preservação e conservação não dizem respeito somente a papel impresso, mas também ao arquivo, em particular de bandas magnéticas e de informação contida em suportes legíveis por computador.

Resumindo:

As associações de bibliotecários são, portanto, responsáveis por:

- a) preservação prospectiva e
- b) conservação

Especificando, devem:

1. promover a utilização de papel com baixo teor de acidez e a introdução de marcas em livros o que as obrigará a trabalhar com os fabricantes locais e com outras associações profissionais;
2. em virtude de cada país ser responsável pela preservação prospectiva das suas publicações, as associações de bibliotecários têm o dever de pressionar as outras organizações nesse sentido;
3. melhorar os programas de ensino e de formação para aumentar o nível geral de conhecimentos;
4. melhorar a gestão das actividades de conservação/preservação;
5. estimular estratégias de desenvolvimento de princípios de selectividade;
6. organizar seminários e conferências para aumentar o conhecimento;
7. coordenar o desenvolvimento de políticas;
8. conduzir estudos e pesquisas;
9. ajudar a identificar e estabelecer projectos «pump-priming».

4. Fluxo de dados transfronteiras (TDF)

Este programa para ter sucesso deve, em grande parte, depender dos fornecedores de bases de dados e serviços necessários à sua utilização. Contudo, os bibliotecários, representando os utilizadores destes serviços, têm a responsabilidade de interagir com eles e influenciar o modo como aqueles desenvolvem os seus produtos.

Em particular, as associações necessitarão de estabelecer ligações com as organizações que representam os promotores das tecnologias e os fornecedores de «software» para os serviços e com as agências responsáveis pelas telecomunicações e com os correios. As associações de bibliotecários terão de responsabilizar-se pela informação junto dos serviços oficiais das implicações do fluxo de dados transfronteiras e em especial com os problemas que o inibam. As associações terão de ajudar a formulação de políticas oficiais (ainda que se deva notar que é improvável que os governos considerem o papel das associações de bibliotecários numa forma prioritária) e a criação de pontos de convergência nacionais para acções relacionadas com o TDF. Terão de se responsabilizar pela formação dos seus membros e ajudá-los a prestar assistência aos utilizadores. Terão de estimular o desenvolvimento de redes de bibliotecas que dêem acesso a bancos de dados de texto integral, deverão ajudar a planear e estabelecer bases de dados nacionais, e deverão encorajar a criação de meios eficientes de telecomunicações a fim de promover o DTF. Deverá ser tida em consideração a forma como as bibliotecas e os biblio-

tecários, em conjunto, podem providenciar o acesso público às bases de dados do sector privado.

Relativamente a este problema, devem controlar e influenciar os custos de acesso aos serviços de informação em linha (on-line).

Resumindo:

As associações de bibliotecários devem:

1. estabelecer relações com fornecedores e organizações comerciais;
2. estarem envolvidas no aumento do conhecimento através de conferências e seminários e programas de ensino;
3. prestar assistência à formulação de políticas nacionais e sobretudo não estarem ausentes durante a sua formulação;
4. cooperar com outras organizações envolvidas;
5. melhorar o acesso a bases de dados comerciais;
6. proporcionar aos utentes acesso às bases de dados em linha e assegurar que os custos se mantenham baixos.

5. Programa Marc Internacional (Inter Marc)

Não foi posto em evidência qualquer papel para as associações de bibliotecários principalmente porque o programa diz respeito, em primeiro lugar, às bibliotecas nacionais.

6. Progresso da biblioteca do Terceiro Mundo (ALP)

Este programa-base refere-se especialmente aos objectivos acordados no PMP da Mesa Redonda.

Estimular o desenvolvimento e o progresso das associações de bibliotecários é já um objectivo fundamental. A fim de o facilitar existe já um projecto de elaboração de *manuais* (guidelines) de gestão das associações de bibliotecários e de necessárias técnicas. Assinalaram-se as diferenças resultantes do facto de as associações funcionarem em meios culturais, sociais e políticos diferentes.

Considerou-se vantajosa a cooperação «horizontal» entre associações de bibliotecários com o mesmo nível de desenvolvimento ou de países com um nível de desenvolvimento aproximado. As associações desempenham um papel importante ao ajudar os membros a adquirirem novos conhecimentos técnicos. A respectiva formação será da maior importância para se obter sucesso na concretização de qualquer programa-base. A permuta de profissionais poderá facilitar o desenvolvimento das asso-

ciações. A entrada de novos membros, quer para as associações de bibliotecários, quer para a Mesa Redonda, constituem objectivos fundamentais. Considera-se prioritária a realização de seminários, de carácter regional, promovidos por organizações membros da Mesa Redonda e sob os auspícios dos Departamentos regionais da IFLA para melhorar a gestão das associações de bibliotecários. A gestão será facilitada pela instalação de um banco de normas profissionais e de princípios directores pertencentes a outras associações de bibliotecários, em serviços regionais IFLA ou nas sedes das associações de bibliotecários locais (de forma a evitar que a rede seja reinventada).

O estatuto dos bibliotecários é problema fundamental para as associações de bibliotecários e consequentemente para o trabalho da Mesa Redonda. Na maioria dos países é baixo, especialmente naqueles em que a profissão é desempenhada principalmente por pessoal feminino. As associações deverão manter contactos com outras organizações em situação semelhante a fim de trabalharem para a melhoria do estatuto das mulheres e, portanto, da profissão.

As associações de bibliotecários devem manter contacto com outras associações de profissionais da área social. As associações de bibliotecários devem auxiliar a formação aos seus membros tornando-os mais conhecedores dos assuntos políticos que lhes dizem respeito a nível nacional, ajudando a inculcá-los os conhecimentos indispensáveis para que possam influenciar a formulação de políticas.

A maioria dos bibliotecários são técnicos especializados mas, fundamentalmente, a biblioteconomia é muito mais do que a prática de técnicas incluindo a tomada de decisões em favor dos utilizadores do seu serviço como por exemplo, o direito à informação, direitos de autor, etc.

A biblioteconomia é uma profissão e por essa razão as atitudes profissionais dos seus membros devem ser estimuladas. Como a profissão muda rapidamente para acompanhar o avanço da tecnologia da informação, a necessidade de formação contínua aumenta e as associações de bibliotecários têm a esse respeito um papel fundamental.

Isto poderá ser levado a efeito com o auxílio dos representantes de outras NGO's (Organizações não governamentais).

As associações de bibliotecários tendem a ser fracas em virtude de terem infraestruturas fracas. Os membros não mantêm contactos através de reuniões feitas com regularidade, conferências ou documentos informativos adequados (newsletters). Consequentemente, «a força de classe», particularmente no que respeita ao estatuto e categoria profissionais, é reduzida. A Mesa Redonda desenvolverá uma série de modelos de associações de bibliotecários (quer as que funcionam independentemente, quer as que se encontram, de qualquer forma, ligadas ao governo), apreciará as listas de funções e actividades de associações de bibliotecários, e elaborará um manual de orientação complementado com exemplos de práticas correctas para os vários tipos de associações de bibliotecários. Deverá ser coligida informação sobre o funcionamento de associações de biblio-

tecários e elaborado um estudo comparativo dos seus sucessos ou fracassos relativos. Este deverá constituir um projecto fundamental para a Mesa Redonda.

O trabalho já foi iniciado com o Reportório Fang and Songe e através dum questionário da secção Kaegbein e Fang de teoria + pesquisa que necessita ser revisto para satisfazer numa forma mais específica as necessidades da Mesa Redonda. É necessário dinheiro para continuar o projecto.

Resumindo:

A Mesa Redonda identifica-se muito intimamente com os objectivos deste programa-base, desejando envolver-se igualmente na sua execução:

1. as associações de bibliotecários devem interessar-se pelas suas próprias infraestruturas, isto é, recrutamento dos seus membros, satisfação das necessidades destes, manutenção dos membros informados através de «newsletters» e publicações periódicas e difusão de informação aos membros;
2. a comunicação é o laço de união entre os membros, devendo ser considerada prioritária a elaboração de «newsletters» ou publicações periódicas;
3. o estatuto (de acordo com a indicação do MTP — parág. 1.4) é de importância fundamental relativamente ao desenvolvimento de sistemas efectivos de bibliotecas e de informação. Estes podem ser mais eficientes se forem organizados e funcionarem com um «staff» cujo estatuto profissional seja devidamente reconhecido. Presentemente o estatuto dos bibliotecários varia muito de país para país mas é geralmente baixo e o reconhecimento da natureza profissional da biblioteconomia por parte de governos, utilizadores e até pelos próprios bibliotecários é, por vezes, ainda mais baixo.

O reconhecimento do profissionalismo da biblioteconomia, isto é, das responsabilidades sociais que são uma consequência da sua prática, é uma chave para melhorar o estatuto;

4. as associações de bibliotecários devem dar prioridade à resolução de problemas relacionados com o seu funcionamento e à efectiva prestação de serviços aos seus membros.

Devido à afinidade dos interesses da Mesa Redonda com os da área compreendida no programa-base, a Mesa Redonda reservou para a sua actividade as seguintes funções:

1. fornecer às associações de bibliotecários metodologias e meios de apoio ao ensino e formação profissional a nível nacional;

2. dar igualmente apoio ao estabelecimento de infraestruturas relacionadas com a afiliação e recrutamento dos membros e com o estabelecimento de meios de comunicação entre as associações de bibliotecários nacionais;
3. ajudar as associações de bibliotecários a tornarem-se mais estáveis, mantendo endereços permanentes;
4. dar apoio às associações de bibliotecários através das suas estruturas de organização, de forma a habilitá-las a tirar partido dos especialistas nacionais disponíveis;
5. ajudar as associações de bibliotecários a integrarem pessoal permanente com o fim de assegurar a sua existência continuada — fundamentalmente com subsídios a fim de as ajudar a atingirem pontos de arranque economicamente viáveis;
6. ajudá-las com projectos geradores de dividendos para estabelecer bases financeiras sólidas;
7. ajudá-las com técnicas de publicação;
8. e com a organização de cursos e seminários;
9. e com conferências;
10. oferecer serviços de aconselhamento e consultadoria às associações de bibliotecários que os solicitem — em especial na área da gestão.

Finalmente poderão então começar a implementar os programas-base, tal como se apresentam identificados neste documento.

Tradução de Maria do Patrocínio Delgado